



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

HAVANA, CUBA, 15 E 16 DE NOVEMBRO DE 1999

*Senhor Presidente Fidel Castro Ruz; Sua Majestade o Rei de Espanha;
Senhores Chefes de Estado e de Governo,*

O tema que nos foi proposto pelo Presidente Fidel Castro – Ibero-América e a situação financeira internacional em uma economia globalizada – não poderia ter sido mais oportuno: em primeiro lugar, porque dá continuidade às nossas discussões havidas no Porto sobre os desafios da globalização e a integração regional; em segundo lugar, porque o assunto continua extremamente atual.

Muito se tem falado sobre o fenômeno conhecido como globalização. Esta se tornou a palavra-chave desta virada do milênio e busca descrever, grosso modo, a crescente interdependência econômica, social e cultural. As economias nacionais hoje integram, em maior ou menor grau, a economia mundial, e dentre as suas muitas características, permito-me citar algumas poucas e relevantes.

No campo econômico, a internacionalização dos processos produtivos teve sem dúvida impactos profundos na medida em que tornou o protecionismo viga mestra sobre a qual se assentou o processo de de-

envolvimento e industrialização de muitos países hoje chamados de “emergentes”, instrumento pouco eficiente para a proteção de setores econômicos nacionais. Com efeito, a internacionalização dos processos produtivos requer um maior grau de abertura econômica, como condição indispensável para a obtenção de competitividade internacional. Hoje, mais do que nunca, o protecionismo indiscriminado pode representar um passaporte seguro para o atraso tecnológico e para a exclusão dos benefícios que a globalização poderá efetivamente nos oferecer.

O sistema financeiro internacional é certamente o campo onde os efeitos de uma economia globalizada se têm feito sentir de maneira mais intensa. Hoje, já existe um consenso sobre a necessidade de torná-lo mais estável, ainda que não se tenha uma idéia precisa sobre como deverá ser obtida essa estabilidade. Alguns caminhos têm sido suscitados, como o estabelecimento de uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional, bem como o reforço do papel das instituições financeiras internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Mesmo em outros campos, antes considerados como quase inteiramente desvinculados das questões econômicas, a situação tornou-se totalmente diversa: o caso da cultura, por exemplo, antes vista como um adorno inocente, um bem supérfluo, é hoje um instrumento decisivo da competitividade internacional e da conquista de mercados. Passou a ser um poderoso instrumento de difusão de padrões de comportamento e de consumo.

No plano político, o fim da Guerra Fria e do conflito Leste-Oeste, que marcaram indelevelmente as relações internacionais por quase meio século, constituiu sem dúvida o fato mais importante. A Guerra Fria, se por um lado impunha limitações à convivência internacional, por outro constituía um elemento de estabilidade para essa mesma convivência. Hoje, o mundo parece sujeito a uma instabilidade estrutural refletida nas crises recorrentes dos mercados financeiros internacionais, onde a única percepção clara talvez seja a da interdependência.

Outra questão relevante, que está a requerer nossa atenção urgente, é a das assimetrias e vantagens que caracterizam o sistema que tem servido de

base às relações econômicas internacionais. A globalização, essencialmente seletiva e assimétrica, favorece principalmente os países mais desenvolvidos. Faz com que os desníveis de bem-estar se tornem cada vez mais acentuados e contribui para aumentar ainda mais a instabilidade a que já aludi. É preciso mais do que nunca promover a elaboração de políticas voltadas para a construção de uma globalização solidária, que propicie a inclusão social e a eliminação progressiva das assimetrias de bem-estar.

Creio firmemente que a cooperação internacional será decisiva para promover e consolidar a estabilidade da economia mundial e para preservar os ganhos de políticas macroeconômicas sólidas em um sistema globalizado, onde todos estão, em maior ou menor grau, sujeitos ao contágio de crises localizadas, que muitas vezes ocorrem em países longínquos e com os quais ainda temos poucos vínculos.

Recentemente, muitos ficaram surpreendidos com a ênfase dada à questão da pobreza na última reunião dos governadores do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, tratou-se de uma constatação óbvia, ainda que tardia, de que erradicar a pobreza é também promover a estabilidade, esta, por seu turno, pré-requisito indispensável para se lograr o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e duradouras.

Estamos conscientes de que o combate à pobreza compreende uma dimensão nacional e outra internacional. Os brasileiros percebemos claramente nos últimos anos a importância de um meio ambiente estável e sólido para melhorar o padrão de vida do nosso povo. Também percebemos quão rapidamente esses ganhos, que tantos sacrifícios nos custaram, podem ser ameaçados pela emergência de crises externas. Nossa experiência recente tem demonstrado a importância de se aprimorar a ordem internacional em dois aspectos fundamentais.

No plano financeiro, é necessário, como já aventado, dispor de mais estabilidade e previsibilidade, com vistas a prevenir e minimizar crises, cujos efeitos são sentidos de forma mais dramática nos países ditos emergentes.

No plano comercial, trata-se de buscar uma repartição mais justa das oportunidades e dos benefícios gerados pelo comércio internacional. Até

agora, os resultados obtidos têm sido amplamente insatisfatórios do ponto de vista dos países em desenvolvimento. Esperamos que a Rodada do Milênio e as negociações propostas com vistas à liberalização do comércio se traduzam em maior acesso aos mercados do mundo desenvolvido, em muitos casos fechados pelo protecionismo, particularmente no que se refere aos produtos em que há uma inequívoca vantagem comparativa de nossa parte.

No que se refere ao Brasil, e também a outros países aqui presentes, temos buscado aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização para criar as condições necessárias para o crescimento econômico e o desenvolvimento social em bases duradouras. Esse esforço tem sido muitas vezes penoso e incompreendido, envolvendo freqüentemente rupturas de certas características profundamente enraizadas ao longo de nossa formação histórico-social: a auto-suficiência econômica, a forte presença do Estado como agente econômico direto e a visão de que o sistema internacional seria hostil a nossas aspirações legítimas de desenvolvimento.

No âmbito regional, avançamos no sentido de aprofundar a integração do Cone Sul, mediante o fortalecimento do Mercosul, que possibilitou quadruplicar em poucos anos os fluxos comerciais entre os países-membros e que hoje se afirma como a segunda maior união aduaneira do mundo.

Fiz menção ainda há pouco à globalização solidária: refiro-me, à guisa de exemplo, a ações nos moldes da “ajuda ao desenvolvimento”, ainda necessária em muitos casos. Nesse contexto, a iniciativa de apoio aos países pobres altamente endividados é muito significativa. O Brasil, a propósito, já cancelou dívidas de alguns países irmãos dos quais éramos credores. Para muitos outros países em desenvolvimento, contudo, e este é seguramente o caso do Brasil, o tempo das “benesses” já passou.

Hoje, o que pleiteamos é obter igualdade de condições, com base em regras verdadeiramente equilibradas, que permitam a todos os países aproveitar e desenvolver plenamente as vantagens comparativas de que dispõem.

A globalização está a exigir que nossos desafios sejam cada vez mais enfrentados solidariamente. Muitos temas antes exclusivos de cada agenda nacional são hoje tratados conjuntamente pelos países na esfera internacional, sem que isso signifique menoscabo pela soberania e pela dignidade nacional.

A agenda internacional inclui hoje desafios como a promoção dos direitos humanos, o aperfeiçoamento da democracia e a proteção do meio ambiente.

Em Viña del Mar, acordamos que esses desafios estão intrinsecamente ligados à questão da governabilidade democrática, que, por sua vez, exige um processo contínuo de aperfeiçoamento político, econômico, social e cultural, que, de um lado, conduza à diminuição das desigualdades e dos problemas de exclusão social; de outro lado, assegure o pleno exercício da liberdade de expressão e de manifestação como a melhor forma de conferir a indispensável legitimidade aos governantes.

Hoje, reiteramos o compromisso de fortalecer as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluído o direito ao desenvolvimento. Já dissemos também que o regime democrático contribui decisivamente para as relações pacíficas entre os povos, que são a condição essencial para uma cooperação mais eficaz entre as nações ibero-americanas em face dos desafios da globalização.

Muito obrigado.